



UNIVERSIDADE E ANTIRRACISMO: RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NUM ESPAÇO BRANCO

Danielle Pereira de Araújo
Marcos Antonio Batista da Silva
Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de
Coimbra

Apresentação

O presente Número Temático intitulado “Universidade e Antirracismo: resistência na produção de conhecimento e políticas públicas num espaço branco”¹ tem como objetivo refletir acerca das políticas de antirracismo no espaço acadêmico, principalmente nas áreas das ciências sociais e humanas, contribuindo para aprofundar o conhecimento e o debate sobre a relação entre demandas por justiça racial e produção de conhecimento nos contextos europeu, latino-americano e africano.

A publicação do presente Número Temático nos Cadernos IS-UP deve-se ao compromisso deste periódico com a partilha de conhecimento comprometido com uma ciência preocupada com as questões sociais do presente, além de constituir-se como uma importante ferramenta de diálogo entre a universidade e a sociedade. Tal iniciativa contribui para criação de novas agendas de estudos sobre racismo institucional e produção de conhecimento no contexto português. Neste sentido, dialogar com propostas que questionam a produção e disseminação do conhecimento eurocêntrico, desvelando o racismo, e considerando as

relações de poder, em especial no âmbito educacional e propor o fortalecendo as agendas antirracistas e inclusivas, pode contribuir para firmar o compromisso da ciência produzida no contexto português com as demandas por justiça advindas dos movimentos sociais.

Os artigos que compõem este Número Temático visam problematizar e analisar como o racismo institucional, entendido como um sistema de desumanização enraizado historicamente a partir da colonização europeia, e branquitude, como modelo normativo de ser/estar/pensar imposto como ideal a ser perseguido, estão sendo desafiados (ou não) por instituições e movimentos sociais, principalmente negros e/ou antirracistas no campo da Educação, em particular no contexto da universidade, maioritariamente branca, e que historicamente está constituída como espaço de reprodução da branquitude. Segundo Maria Aparecida Bento (2005):

[...], a branquitude diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são normalmente não-marcadas e não-nomeadas. Assim, observa-se que branquitude enquanto lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais) que são por excelência, conservadoras, reprodutoras, resistentes e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades (Bento, 2005, s.p).

Segundo Jurema Werneck (2016, p.154), “o racismo institucional equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo”. Isto é, diz respeito a um conjunto de práticas como lugar de poder e se estabelece nas instituições, e isto inclui também as universidades. Da perspectiva de Sílvio Almeida (2019), o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos de acordo com a raça e acrescenta que este debate foi um grande avanço no que tange ao estudo das relações raciais, ao frisar que o racismo envolve “a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma

1 Ressaltamos que este trabalho é também, um desdobramento de discussões originárias do XIV Congresso Luso-Afro-Brasileiro (XIV CONLAB) e o 3.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa#, ocorrido entre 15 e 17 de setembro de 2021, em Coimbra, Portugal, sob o lema “Utopias pós-crise. Artes e saberes em movimento”, cujo os organizadores, coordenaram os Grupo de Trabalho GT80 Universidade e antirracismo: resistências na produção de conhecimento e políticas públicas num espaço branco. <https://ailpcsh.org/conlab2020/>.

raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro” (Almeida, S., 2019, p.47).

Nos contextos africano, americano e europeu, pensadoras e pensadores negros têm contribuído para construir uma agenda de estudos acerca das relações de poder, racismo, branquitude que atravessam a sociedade e são reproduzidas pelas instituições, incluindo a universidade. No contexto da academia portuguesa, as reflexões de Mata e Évora (2020); Cabecinhas e Macedo (2019); Vala, Brito e Lopes (2015); Araújo (2019); Maeso (2019); Roldão (2021); Miguel Almeida (2021), entre outros, têm contribuindo para o debate. Mas ainda caminhamos a passos lentos para a consolidação de uma agenda de estudos que tenha como tema central o papel do racismo e logo, da branquitude na manutenção do eurocentrismo como pilar central nas escolhas metodológicas e temáticas na produção de conhecimento.

O racismo atravessa a universidade por meio de práticas, discursos e ideologias que se articulam para dar sustentação à reprodução da branquitude. O processo de definição do que é saber e do que é conhecimento científico (e de quem é de fato o sujeito do conhecimento) na modernidade é produzido a partir da branquitude que tem estabelecido padrões sociais numa perspectiva civilizatória de sociedade (Almeida, S., 2019; Maldonado-Torres, 2016; Grosfoguel, 2016; Bento, 2005; Piza, 2005). Desde a década de 2000, pós Conferência de Durban – Resolução (68/237) realizada pela ONU, uma série de demandas históricas, movimentações e políticas, ganharam novos impulsos, fruto das lutas históricas dos movimentos negros nas sociedades contemporâneas.

Em Portugal, o debate gerado a partir do estabelecimento da Década Internacional de Afrodescendentes contribuiu para fortalecer a agenda de reivindicações dos movimentos sociais antirracistas como o direito à memória da escravidão, ao censo étnico-racial, à revisão dos manuais escolares, e de um processo, ainda tímido, de discussões sobre descolonização realizadas no interior dos espaços universitários (Varela e Pereira, 2020; Araújo e Rodrigues, 2018; Maeso, 2021; Pereira e Crespo, 2022).

Diante desse cenário algumas questões orientaram a proposta do presente Número Temático, a saber: de que modo a universidade têm respondido às exigências dos movimentos sociais antirracistas? Há rupturas e/ou continuidades de lógicas eurocêntricas que sustentam o racismo na universidade? As práticas curriculares têm procurado desafiar o paradigma eurocêntrico, por meio do tensionamento do legado do colonialismo?

Os artigos que compõem este Número Temático articulam diversas abordagens e contextos sobre como a universidade, principalmente no que se refere ao campo das ciências sociais e humanas, têm enfrentado (ou não) os desafios impostos pelo racismo institucional. Um dos eixos centrais deste volume diz respeito às experiências de implementação de políticas de ação afirmativa em universidades públicas no Brasil. Outro eixo importante é a apresentação de textos que tratam de desigualdades, racismo estrutural e o ensino superior português, principalmente no que tange a trajetórias de estudantes afrodescendentes. Por fim, a contribuição de um investigador cabo-verdiano, que chama a atenção para a descolonização epistêmica no “fazer antropológico”, e da importância da articulação entre pesquisa ativista e Antropologia, evidencia que o debate segue pulsante no continente africano.

No primeiro artigo, “A educação das relações étnico-raciais em cursos de Pedagogia”, Mariana Martha de Cerqueira Silva questiona se os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Pedagogia do ensino superior público estadual de São Paulo no Brasil, têm esboçado proposições político-pedagógicas, com vistas ao reconhecimento, reparação e valorização da História e Cultura Afro-brasileira. Em geral, as análises da autora apontam que os PPCs apresentam informações dispersas e desagregadas que descontextualizam raça e despolitizam o racismo.

No segundo artigo, “Desigualdade como tradição: uma intersubjetividade da dominação”, Joana Cabral, Manuela Rebocho e Ana Cristina Pereira apresentam um estudo quantitativo e correlacional acerca do contexto português e argumentam que as desigualdades permanecem normalizadas nas narrativas sociais dominantes, onde

o racismo alicerça-se numa intersubjetividade da dominação, suportada em crenças meritocráticas, no daltonismo social e nos imperativos morais da tradição e poder eurocêntricos.

Por sua vez, no terceiro artigo “Programa de inclusão com mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP): uma análise crítica”, Maria Valéria Barbosa e Daniela Almeida Lira, tecem reflexões a partir da experiência da introdução de políticas de ação afirmativa (política de cotas) de três universidades estaduais pública do estado de São Paulo (Brasil), que introduziram políticas de cotas sociais e raciais tardiamente. As discussões das autoras evidenciam os conflitos neste processo de adoção das cotas, atravessados pela predominância do discurso meritocrático como principal entrave a adoção efetiva de políticas afirmativas.

O artigo de Fernanda Nascimento Crespo, “Intelectuais Oprimidas(os): antirracismo e produção de conhecimento entre o ativismo e a academia no contexto brasileiro”, analisa fontes produzidas pela metodologia da história oral que envolve reflexões e articulações proporcionadas por espaços negros, principalmente por meio do Teatro do Oprimido, relacionados à ocupação do espaço acadêmico por parte de artistas negras(os). As análises da autora apontam que os artistas acadêmicos(os), ou intelectuais oprimidas(os), têm sido estratégicas(os) para a luta antirracista no contexto brasileiro.

No artigo intitulado “Racismo estrutural e ensino superior português: reflexões sobre os processos de exclusão educacional da população afrodescendente” de autoria de Jéssica Santana Bruno, encontram-se reflexões exploratórias acerca dos efeitos do racismo nas trajetórias de estudantes afrodescendentes em Portugal. A autora, apoiada em estudos anteriores, aponta que os impactos do racismo no sistema educativo português têm gerado obstáculos acrescidos aos trajetos escolares de afrodescendentes, o que legitima as reivindicações por reparação e medidas que possibilitem uma real democratização do acesso ao ensino superior.

O artigo “Por uma ética coletiva negra: cursos preparatórios para pós-graduação e a crítica à lógica meritocrática”, de autoria de Renata Nascimento da Silva reflete acerca das ações coletivas

idealizadas por estudantes negros para fomentar o acesso à pós-graduação por meio dos cursos preparatórios para pós-graduação na sociedade brasileira. A autora argumenta que os cursos preparatórios contrastam com a lógica do mérito ao estimularem a ação coletiva por meio da colaboração mútua e compartilhamento do saber.

Por fim, no sétimo artigo, intitulado “Descolonização epistêmica, pesquisa ativista e antropologia”, Max Ruben Tavares de Pina Ramos analisa as implicações éticas, epistêmicas e políticas que o ato de fazer etnografia “em casa” encerra as inquietudes que envolvem a produção de conhecimento nas chamadas universidades ocidentalizadas, problematizando algumas categorias, como por exemplo: “campo”, “nativo”, “insider”, “outsider”. O autor em seu texto, defende uma maior convergência da Antropologia com as agendas das populações histórica e politicamente desumanizadas, por meio de projetos colaborativos, com a intenção de engendrar a regeneração da disciplina e a imaginação de sociedades justas.

Desejamos que as discussões originárias deste Número Temático possam inquietar o público leitor e estimulá-lo à ação para construção de intervenções e programas antirracistas no interior das instituições educacionais, principalmente nas universidades. Esperamos que a leitura promova oportunidades de diálogos entre pesquisadores deste campo e dos mais variados campos de investigação, para além das Ciências Sociais e Humanas. Consideramos que a promoção de uma educação antirracista e do combate ao racismo é um desafio, mas é uma tarefa de todas e todos que vislumbram uma sociedade justa.

Boa leitura!

Referências bibliográficas

- Almeida, S.L. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
Araújo, M.; Rodrigues, A. (2019), “História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti-)racismo em Portugal”. *Revista História Hoje*, 7(14), 107-132. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14>

- Almeida, M. V. (2021). Ninguém imagina de verdade um português negro. *PLCS* 34-35, 32-41. https://ojs.lib.umassd.edu/index.php/plcs/article/view/PLCS34_35_Almedia_page32
- Araújo, M. (2019). “À procura do ‘sujeito racista’: a segregação da população cigana como caso paradigmático”, *Cadernos do Lepaarq*, 16(31), 147-162. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/14940/10230>
- Bento, M.A. S. (2005). *Branquitude e poder: a questão das cotas para negros*. 1.º Simpósio Internacional do Adolescente. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100005&lng=en&nrm=abn
- Cabecinhas, R.; Macedo, I. (2019). (Anti)racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas. *Medi@ções*, 7(2), 16-36. <http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/242>.
- Évora, I; Mata, I. (2020). “Não fomos nós que inventamos o negro, foram os brancos”. *Revista da Universidade de Lisboa*, 14, 22-25. https://www.ulisboa.pt/sites/ulisboa.pt/files/publications/files/ulisboa_14_versao_site_corrigida.pdf
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>
- Maeso, S. R. (2019). O Estado de negação e o presente-futuro do antirracismo: Discursos oficiais sobre racismo, ‘multiracialidade’ e pobreza em Portugal (1985-2016). *Revista Direito e Práxis* (10)3, 2033-2067. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43883>
- Maeso, S.R. (orgs.) (2021), *O Estado do Racismo em Portugal. Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*, 31(1), 75-97. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100005>
- Organização das Nações Unidas - ONU (2014). *Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)*. <https://www.un.org/en/observances/decade-people-african-descent/documents>
- Pereira, A. A., & Crespo, F. N. (2022). Há negros portugueses? Disputa por sentidos à história e cultura em Portugal. *Linhas Críticas*, 28, e42667. <https://doi.org/10.26512/lc28202242667>
- Piza, E. (2005). *Adolescência e racismo: uma breve reflexão*. 1.º Simpósio Internacional do Adolescente. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100022&lng=en&nrm=abn.
- Roldão, C. (2021). Dos muros e das lutas no combate ao racismo na educação em Portugal. In S.R. Maeso (Org.), *O Estado do racismo em Portugal: racismo antinegro e anticiganismo no Direito e nas Políticas Públicas* (1ªed., pp - 323-328). Tinta-da-China.
- Vala, J., Brito, R.; Lopes, D. (2015). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Varela, P., & Pereira, J. A. (2020). As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista. *Revista De História*, 179, 1-36. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.159242>.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc*; 25(3), 535-549. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-830864>.
- Danielle Pereira de Araújo**, doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil e investigadora em pós-doutoramento no âmbito do projeto POLITICS - A política de (anti)racismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG). Ver: <http://politics.ces.uc.pt/> daniellearaujo@ces.uc.pt <https://orcid.org/0000-0002-8821-5369>
Centro de Estudos Sociais (CES) - Universidade de Coimbra
- Marcos Antonio Batista da Silva**, tem doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil e investigador em pós-doutoramento, no Projeto (725402 - POLITICS - ERC-2016-COG). Ver: <http://politics.ces.uc.pt/> marcosilva@ces.uc.pt <https://orcid.org/0000-0003-2701-0316>
Centro de Estudos Sociais (CES) - Universidade de Coimbra
- Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho 2022.